

SINDSEF

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

159

MAIO 2015

FILIADO À



E À **CONDSEF**

CONSTRUIR A GREVE GERAL

Servidores públicos devem se somar a esta luta

Pág 03



EDITORIAL

O caminho é a
construção da
Greve Geral

Pág 02

CAMPANHA SALARIAL

Jornada de Lutas /
Entrevista com Paulo
Barela

Págs 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS

MS, IPEN, MTE,
IBAMA e Informe
jurídico

Págs 06-07

ATIVIDADES

II Congresso da
CSP-Conlutas / Dica
Cultural

Pág 08

www.sindsef-sp.org.br



11 3106-6402



O caminho é a construção da Greve Geral

Os setores organizados da classe trabalhadora marcaram o cenário nacional com as manifestações que ocorreram no dia 15 de abril e que determinaram o adiamento da aprovação das emendas ao Projeto de Lei nº 4330, pela Câmara dos Deputados. No entanto, enquanto os trabalhadores tomavam as ruas deste país protestando contra as terceirizações e contra as Medidas Provisórias (MP's 664 e 665, de 2014), o Supremo Tribunal Federal (STF), já no dia seguinte, votava a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-1923) contrária às normas que regulamentam a prestação de serviços nas áreas sociais por organizações sociais, previstas na Lei 9.637/98, para ampliar os ataques sobre os serviços públicos estatal, gratuito e de qualidade.

O projeto do Governo Dilma, dos partidos como o PMDB, PSDB e da direita reacionária, continua privilegiando os interesses da burguesia nacional e internacional. Com a crise econômica mundial, as exigências são cada vez mais duras no sentido de atacar os direitos e interesses dos trabalhadores. Ainda que o país esteja mergulhado em um mar de lama com as denúncias de corrupção, o projeto de governo segue seu rumo nas “mãos de tesoura” de Joaquim Levy e, agora, na condução política de Michel Temer, assim como, conta com o apoio incomensurável da grande maioria dos parlamentares e de instituições como o STF. O oportunismo reinante na “classe política” se fundamenta em argumentos aparentemente sérios, mas que não passam de embustes aos trabalhadores. Estes políticos tentam capitalizar a indignação dos setores médios, que se expressa nas ruas, e reivindicam o impeachment, não para acabar com a corrupção ou para me-

lhorar a vida do povo, mas para disputar a condução do país e seguirem aplicando o mesmo projeto, contrário aos interesses dos trabalhadores.

A conjuntura política foi marcada por ataques e pela ofensiva do governo Dilma contra os direitos dos trabalhadores. Mas, também, por uma ofensiva dos setores conservadores com a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara – CCJ, da admissibilidade da PEC, que reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos, com uma votação majoritária de 42 votos favoráveis e 17 contrários.

As manifestações da classe média legitimamente expressaram sua indignação contra a corrupção e contra o governo Dilma. No entanto, a direita reacionária, de forma oportunista, e com ampla divulgação da mídia, tentou se aproveitar desses momentos para colocar suas garras de fora ao exigir a volta da ditadura militar e demonstrar sua ira contra a esquerda brasileira. Este setor mais retrógrado da sociedade tem como um de seus principais representantes o deputado Jair Bolsonaro, que com suas posições repugnantes ataca mulheres, negros e homossexuais.

A TV Globo não esconde sua origem no apoio dado à ditadura militar no Brasil, nem a Revista Veja, com sua propaganda panfletária defendendo as propostas da direita. Não há espaço para a imparcialidade na informação, nem compromisso para que as diferentes posições se apresentem. Deixam de divulgar e informar sobre a heróica greve dos professores no estado de SP ou mesmo sobre as manifestações e paralisações do dia 15 de abril, que ocorreram em diversas capitais brasileiras, mas deram amplo destaque para alguns manifestantes que levantaram cartazes com frases

como: “fora comunistas”, “intervenção militar já”. Ou quando grupos exaltados gritavam de forma histérica “minha bandeira jamais será vermelha”. Independente da ideologia que assumimos, o vermelho que carregamos em nossas bandeiras representa o reconhecimento enquanto classe e o sangue derramado pelos trabalhadores que sacrificaram suas vidas em nome de um mundo mais justo. Portanto, esta bandeira sempre será nossa!

Mas outro cenário se apresenta com força. As mobilizações e paralisações do último dia 15, organizadas pelas centrais sindicais CSP-Conlutas, CUT, CTB, NCST, Intersindical e UGT, colocaram em marcha diversas categorias com a participação dos professores, metalúrgicos, petroleiros, metroviários, portuários, trabalhadores da construção civil e servi-

dores públicos. Este dia nacional de luta indicou categoricamente que a via da mobilização dos setores organizados e mais conscientes da classe é o único caminho capaz de conter todos os ataques. Portanto, a unidade na ação que foi demonstrada no dia 15 de abril, precisa evoluir para a construção da greve geral contra o PL-4330 e contra as medidas de ajuste do governo Dilma. É preciso apresentar uma alternativa de classe aos trabalhadores, ao delimitar nossas fronteiras, e apresentar as reivindicações dos trabalhadores, que não se confundem com os interesses da burguesia e nem tampouco com os setores que a representam. A tarefa que está colocada na ordem do dia para a nossa categoria é a de discutir em cada órgão, em cada local de trabalho, com cada colega ao lado, a necessidade de construir a greve geral.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2015

MARÇO

SALDO INICIAL	R\$ 230.614,10
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, aplicação da poupança etc.)	R\$ 198.777,00
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Ata de posse, aluguel da sede central e do núcleo de Pirassungaba, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 22.929,50
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT, 13º salários etc.)	R\$ 58.664,84
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 29.200,00
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 45.648,22
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 300,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 3.935,45
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 25.204,60
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 3.540,00
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.011,02
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 193.433,63
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 5.343,37
SALDO FINAL	R\$ 235.957,47

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Álvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábila Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Barrar os ataques da direita de dentro e de fora do governo!

O Brasil vive uma crise econômica e política muito grande. Os trabalhadores, a juventude e o povo pobre estão cansados das medidas de arrocho de Dilma, dos governos estaduais e municipais, dos patrões e do Congresso Nacional.

Os ataques vem de todos os lados. Sejam as medidas provisórias apresentadas pelo governo, sejam os projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional. PT, PSDB, PMDB e os demais partidos, todos, estão aplicando um duro ajuste fiscal nas contas e retirando direitos dos trabalhadores.

Por esta razão, em 15/04 foi realizado um forte Dia Nacional de Paralisações com atos em todo país.

Logo após as manifestações a Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas fez o balanço do Dia de Paralisação Nacional e aprovou resolução em que defende a continuidade da luta unificada dos trabalhadores, na perspectiva de preparar uma Greve Geral para barrar de vez o PL 4330, das terceirizações, e as medidas de ajuste do governo Dilma.

Reproduzimos abaixo a declaração da nossa central.



Foto: Diego Cruz

DECLARAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

As paralisações e manifestações ocorridas no último dia 15 de abril demonstraram a disposição da classe trabalhadora brasileira, com apoio de organizações da juventude e movimentos populares, de resistir às investidas patronais, do Poder Legislativo e do governo contra direitos adquiridos pela população brasileira, ao custo de muito suor e sangue da nossa classe.

Milhões paralisaram suas atividades e protestaram contra o PL 4330 das terceirizações e as Medidas Provisórias 664 e 665, que impõem pesadas perdas aos trabalhadores e à população, ao modificarem as regras do seguro-desemprego, do auxílio doença, da pensão por morte, da licença saúde, do seguro defeso e do auxílio reclusão.

As ações do dia 15 foram de qualidade bastante superior, na sua

extensão e no envolvimento dos trabalhadores, se comparadas aos dias de luta organizados anteriormente. De nossa parte ajudamos a construir mobilizações nos dias 6 e 26 de março e também uma jornada de lutas de 7 a 9 de abril, junto com a mobilização dos servidores federais e outros setores. O dia 15 superou as iniciativas individuais das centrais e movimentos sociais, reeditou as mobilizações e a unidade alcançada nos dias de paralisação nacional de 11 de julho e 30 de agosto de 2013.

Com isso, a luta por derrotar o PL4330 e as MPs 664 e 665 transformou essas bandeiras num programa de ação imediata dos trabalhadores e trabalhadoras.

Essa unidade é fundamental e não pode ser perdida. Ao contrário, devemos buscar avançar na unidade alcançada e construir as condições para a derrota desses projetos, que são tão nocivos aos interesses da classe trabalhadora.

É com essa disposição de luta e de unidade que a Secretaria Executiva Nacional da CSP Conlutas reunida no dia 16 de abril se dirige à CUT, à CTB, à NCST, à In-



Ato em Fortaleza/CE

tersindical/CCT e aos movimentos populares, estudantis e sociais que organizaram as paralisações e manifestações do dia 15 e propomos a organização de uma greve geral nacional contra o PL 4330 e as MPs 664 e 665.

Entendemos que essa é uma necessidade de nossa classe e uma possibilidade concreta, se estiver alicerçada na unidade de nossas organizações, como fizemos no dia 15.

Entendemos que a data dessa paralisação deve levar em conta a sua preparação desde a base, envolvendo os trabalhadores, e a tramitação do PL 4330 nas casas do Congresso Nacional. Não confiamos nesse Congresso conservador e entendemos que, somente com pres-

são, e a organização da greve geral, poderemos derrotar esses projetos.

O chamado que aqui fazemos se estende às outras centrais sindicais (UGT, CSB, CGTB), correntes sindicais, organizações populares e estudantis que não estiveram conosco no dia 15.

Mas em particular nos dirigimos aos sindicatos filiados à Força Sindical, Central que deu apoio ao PL 4330, a partir de uma negociação construída na Câmara dos Deputados. Saudamos os sindicatos filiados à Força que rechaçaram esse acordo e participaram do dia 15 e nos somamos à exigência à direção desta Central de que rompa esse acordo e se some à construção da greve geral.

De nossa parte desenvolveremos todos os esforços para que essa ampla unidade seja alcançada e propomos a realização de uma reunião, no prazo o mais rápido possível, para definirmos uma iniciativa comum.

São Paulo, 16 de abril de 2015

Secretaria Executiva Nacional da
CSP Conlutas



Foto: ANEL

Ato em Porto Alegre/RS



Jornada de Lutas conquista antecipação das negociações

A Jornada de Lutas do funcionalismo público federal, realizada entre os dias 7 e 9 de abril em Brasília, foi avaliada pelos participantes como vitoriosa por ter conseguido a antecipação da reunião de negociação com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para o dia 23 de abril. O governo queria começar as negociações a partir de maio e empurrá-las até agosto.

As avenidas da capital federal foram tomadas por trabalhadores do setor público federal durante a mobilização convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF.

No dia 7, os servidores federais, junto aos trabalhadores do setor privado, participaram do protesto contrário ao Projeto de Lei nº4330/2004, conhecido como PL da Terceirização. Os manifestantes, concentrados na entrada da Câmara dos Deputados, enfrentaram a repressão da Polícia Militar e Legislativa, que cercaram o local para impedir a entrada dos sindicalistas. A mando do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e cassetetes, foram usados contra os trabalhadores.

O mesmo Cunha que reprime duramente os manifestantes está sendo acusado pelo Ministério Público de participar do esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e grandes empreiteiras – todas elas empresas que vivem da terceirização de mão de obra.

No dia 8, os servidores realizaram várias atividades, começando por uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios, com atos no Ministério do Trabalho e Emprego e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (Bloco K). À tarde, atividades setoriais e continuidade da pressão no Congresso nacional contra o PL 4330. No final do dia foi realizada uma reunião do Fórum, preparatória à reunião ampliada do dia 09 de abril na tenda armada na Esplanada.

No dia 9, houve uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto e a entrega de uma carta do Fórum das Entidades e na parte da tarde, a reunião ampliada. Diante da aprovação do PL 4330 pela Câmara, a reunião entre a CSP-Conlutas, CUT, CTB, NCST e Intersindical/CCT aprovou a convocação de um Dia Nacional de Paralisações no dia 15 de abril.

Também aconteceram as plenárias específicas. A Condsef e suas filiadas aprovaram por unanimidade um calendário de mobilização para o próximo período que inclui um indicativo de greve para a 1ª quinzena de junho.

A jornada de lutas foi de extrema importância para o processo de construção da campanha salarial deste ano. Agora, é preciso garantir a unidade e a mobilização do conjunto dos servidores federais em torno de ações locais e regionais, ampliando pela base as vitoriosas ações dessa mobilização.



Foto: Jane Franco

SINDSEF-SP NA LUTA

O Sindsef-SP esteve na Jornada de Lutas com servidores da ativa e aposentados de diversos órgãos. Participou ativamente durante os três dias de atividades com bandeira, faixas e a famosa boneca da Dil-má, além de distribuir exemplares do jornal próprio, do boletim da CSP-Conlutas e do Fórum dos Federais.

“Cumprimos um papel importante, porque todos os esforços da categoria foram no sentido de chamar os companheiros a construir uma grande campanha unificada, além de chamar a greve geral para derrotar o ajuste fiscal do governo. Estivemos na linha de frente da manifestação tentando evitar a votação das MPs 664 e 665 e o PL 4330 das terceirizações”, avaliou o diretor do Sindsef-SP, Ismael Silva.

A respeito da luta específica dos servidores do executivo, no dia 08 de abril, a Condsef se reuniu com o MPOG e conseguiu a antecipação da negociação no tocante a Lei 12277/10, da gratificação de desempenho, para 24 de abril, e as demais pautas ficaram para o início de maio, segundo relatório da entidade.

De acordo com Ismael, a Confederação tem em sua base as maiores distorções salariais, de carreira e for-

mas de aglutinação da tabela. Neste sentido, há pautas bastante específicas, como a situação dos anistiados, reintegrados e ‘Pedevistas’, funcionários de ex-territórios e cedidos a municípios.

Para o diretor, sem greve, existe dificuldade para os ativos participarem de quase uma semana de atividades em Brasília, visto que é difícil conseguir liberação de ponto para mais de um dia. Porém, o sindicato vai seguir com o debate da necessidade de construir atos em Brasília e também nos estados.

É importante que os servidores que tiverem interesse em participar das próximas atividades em Brasília participem das assembleias, porque são nelas que o Sindsef-SP constrói sua delegação, a partir da eleição de delegados nos locais de trabalho, com objetivo de fortalecer o trabalho de base.

“É preciso construir uma greve unificada do funcionalismo, pois o que estamos vendo é uma ataque fracionado aos trabalhadores, e só nossa unidade é que poderá vencer o Governo Dilma. Por isso, precisamos fazer o debate junto aos nossos colegas da necessidade de unificar a luta do funcionalismo público com os demais setores que estão em luta. Só assim sairemos vitoriosos!”, afirmou Ismael.



Foto: Jane Franco



ENTREVISTA

É hora de intensificar a mobilização

Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, fala a respeito das reuniões com os representantes do Governo Dilma e a necessidade das manifestações nos estados, rumo à greve geral do funcionalismo e dos demais trabalhadores do país

Redação – Em que a reunião ocorrida no dia 09 entre o Fórum dos Federais com a Secretaria Geral da Presidência da República contribuiu com o processo de negociação?

Paulo Barela – A pressão pela entrega do documento com nossa pauta na Secretaria Geral significou mais um símbolo da mobilização dos servidores federais do que uma perspectiva de que o governo venha se sensibilizar com nossas reivindicações. O governo Dilma Rousseff não quer nenhuma conversa direta com os servidores federais e remete à SRT-MPOG o papel de interlocutor com os servidores.

Porém, este é um sinal que lançamos ao Executivo Federal de que não estamos para brincadeira e nos dispomos a intensificar a mobilização pelos estados, e em Brasília, para exigir o atendimento de nossas reivindicações.

R – Além desta reunião, aconteceram outras com representantes do governo. O que foi definido?

PB – A reunião mais importante realizada durante a Jornada de Lutas foi com a SRT, em 08 de abril. Realizamos um forte ato na frente do Bloco K, onde se localiza o gabinete do ministro. O ministro respondeu à nossa pressão

fazendo com que o secretário Sérgio Mendonça recebesse os representantes do Fórum das Entidades Nacionais. O saldo mais positivo dessa reunião foi a antecipação do processo negocial.

R – A avaliação da ampla maioria é que a jornada de lutas foi vitoriosa. O que se espera da reunião agendada para o dia 23/04 com o MPOG e qual deve ser a postura da categoria até lá?

PB – Não dá pra esperar muito dessa reunião. Aliás, não dá pra esperar quase nada do governo Dilma Rousseff, do PT, se não houver uma forte mobilização dos servidores federais e avançar na perspectiva da greve unificada. Nesta reunião do dia 23 de abril deve ser construído um cronograma de reuniões, agrupamento da pauta por temas e procedimentos para funcionamento da mesa de negociações. Evidente, vamos pressionar para que alguns pontos já sejam abordados, como por exemplo, o valor orçamentário que o governo disponibilizará para a conta de pessoal. Queremos disputar esse orçamento, ou seja, exigimos que o governo dedique mais recursos para valorização do servidor público e aumente as verbas para investimento em saúde, educação, transporte, moradia e em defesa do em-

prego. Vamos contrapor veementemente o pagamento da dívida pública, que consome quase a metade do orçamento, com exigência de investimentos em políticas sociais. Nesse contexto, enquadra perfeitamente bons salários para os servidores públicos, o fim das contratações temporárias e terceirizações com ampliação dos concursos públicos.

No terreno da mobilização, o Fórum das Entidades já orientou a realização de mobilizações com protestos e atos públicos pelos estados no horário em que a reunião estará ocorrendo, às 10 horas do dia 23 de abril. Foi elaborado um boletim unitário – aprovado na Reunião Ampliada de 09 de abril – que deve ser usado para mobilizar os trabalhadores neste dia.

R – Na plenária de avaliação, você afirmou que o momento de crise econômica e política vai fazer com que se tentem retirar mais direitos dos trabalhadores, com ataques cada vez mais violentos. Em sua opinião, o que os servidores podem fazer para mudar essa realidade?

PB – A crise econômica é muito forte e não há perspectiva de recuperação nos próximos dois ou três anos. E digo não por um exercício de achismo, mas com base no comportamento da economia mundial; a China, por exemplo, que é o principal parceiro das exportações de commodities (produção do agronegócio), que hoje é o motor da economia brasileira, entrou em uma fase de estagnação no seu crescimento (média de 7% no PIB nos últimos três anos). Isso teve como consequência imediata a redução drástica das compras de produtos primários brasileiros.

Por outro lado, o endividamento das famílias, a queda no poder de compra, a inflação crescente e o escorchanto pagamento da dívida pública, nos



Foto: Jane Franco

apresentam um cenário nada positivo nesses próximos anos.

E com um cenário desses, a política dos governos e patrões tem a mesma receita: colocar sobre as costas dos trabalhadores o pagamento da crise.

Frente essa realidade, tanto os servidores públicos como os demais trabalhadores não tem outra alternativa senão que a mobilização. A classe trabalhadora já deu demonstração de seu potencial no último dia 15 de abril com um poderoso dia de paralisação nacional e importantes atos políticos por todo o país contra esses ajustes fiscais.

Os servidores públicos ainda estão em processo de acúmulo de forças, mas o potencial é bastante positivo.

Nesse sentido, se o governo de Dilma-PT não recuar dos ataques e seguir sua política de não atendimento às nossas reivindicações, a saída será intensificar a mobilização e avançar para a construção da greve unitária dos servidores federais.

Nesse marco, levando em conta que todos os trabalhadores estão sendo atacados, vamos exigir, junto com nossa central sindical, a CSP-Conlutas, das demais centrais, como a CUT e a CTB, que rompam com esse governo e venham construir conosco uma poderosa Greve Geral no país. Os servidores federais e os trabalhadores não aceitam pagar pela crise dos capitalistas!

CONFIRA O CALENDÁRIO DOS SPF

Assembleias por local de trabalho nos meses de abril e maio, para debater a Campanha Salarial e o Indicativo de Greve para a 1ª quinzena de junho;

29 de abril (base da Condsef) – Reunião do CDE e Dia de mobilização pela auditoria cidadã da dívida, em frente às sedes do Banco Central em todo o Brasil.

30 de abril – Plenária da CONDSEF

1º de maio, Dia do Trabalhador – Atividades nacionais de protesto e em defesa de direitos.

Data a definir – Na segunda reunião de negociação com o governo, ato nacional e reunião ampliada dos SPF em Brasília-DF.



É HORA DE AMPLIAR E FORTALECER A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

“O SUS é nosso, ninguém tira da gente, direito adquirido não se compra e não se vende”, estas palavras de ordem expressam o tom dos debates durante o V Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, realizado no Rio de Janeiro, no final de março.

O evento reuniu representantes de diversos movimentos sindicais, sociais, estudantis, dentre outros. O Sindsef-SP foi representado pela diretora Ana Bueno, servidora do

Ministério da Saúde.

Após três dias de debates e troca de experiências, inclusive internacionais, os participantes concluíram que o único caminho para enfrentar os ataques à classe trabalhadora é ampliando e fortalecendo a unidade.

A aprovação da Lei 13.079, que em seu artigo 142, trata da abertura do capital estrangeiro na oferta de serviços de saúde, esteve na pauta do encontro.

Atualmente, a presença do ca-

pital externo já é uma realidade em outras áreas da saúde, como planos / seguros de saúde e farmácias. Há anos, os movimentos sociais da saúde lutam contra a interferência do setor privado na área, por um SUS 100% estatal, livre de toda e qualquer forma de privatização.

A permissão da entrada de capital estrangeiro só aumenta a tendência de mercantilização do setor e retrocede de maneira signi-



ficativa a luta histórica da Reforma Sanitária pela saúde como direito.

Com informações de www.epsjv.fiocruz.org.br

IPEN

INDIGNADOS, SERVIDORES PODEM RETOMAR MOBILIZAÇÃO

O ambiente de trabalho no IPEN encontra-se bastante conturbado após a direção do órgão estipular que somente cerca de 170 funcionários terão direito a rece-

ber a GEPR (Gratificação Especial para a Produção de Radiofármacos). Este número significa a exclusão de aproximadamente 80% dos servidores.

Além disso, a desastrosa regulamentação da lei, além de muito restritiva, não corrigiu o erro anterior da lei, relacionada à jornada de trabalho, às horas extras e ao regime de produção em turno de trabalho.

Mesmo com todos os prejuízos que os trabalhadores vêm sentindo, algumas gerências tentam força-

-los a se submeterem às mesmas condições de trabalho de antes: que estejam à disposição a partir das 5 horas da manhã, que abram mão do horário de almoço, que trabalhem nos finais de semana e feriados, ou seja, que mantenham a produção dos radiofármacos a todo vapor sem receber nenhuma contrapartida, como se tudo estivesse como antes.

Nas atuais condições os trabalhadores se dispõem apenas a “cumprir a lei”, a cumprir o RJU e IN-CGRH-0008 (sobre o horário

flexível). Na avaliação da diretoria da ASSIPEN, exigir além disso é ilegal e pode ser caracterizado, a depender das atitudes tomadas pelos gerentes, como assédio moral e passível de ação na justiça!

Diante da crise que está instalada, os trabalhadores cobram comprometimento da direção do IPEN e da CNEN na defesa da instituição e de seus servidores. E avisam que não irão assistir inertes a mais este ataque. Uma assembleia, em 23 de abril, irá decidir os próximos passos dos servidores.

Foto: Fábria Corrêa



Servidores do IPEN aderiram ao Dia Nacional de Paralisações, contra o PL das terceirizações.

IBAMA

EMPRESA TERCEIRIZADA NÃO CUMPRE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS BÁSICAS

Trabalhadores terceirizados que prestam serviços para o Ibama estão sofrendo com irregularidades no contrato de trabalho firmado com a empresa Atto Recursos Humanos Ltda.

A situação começou com a falta de regularidade no pagamento de alguns benefícios de parte dos terceirizados, tais como vale transporte e vale alimentação e se agravou em março, com uma parcela dos funcionários recebendo os salários com atraso.

Vale lembrar que, o pagamento do salário deve ser feito até o 5º dia

útil do mês seguinte ao trabalhado. Empresas que descumprem esta regra estão sujeitas a multa e até a processos por danos morais.

Sem salário e sem vale transporte, faltou dinheiro para pagar a condução e, por isso, alguns terceirizados não conseguiram ir para o local de trabalho. Mas, a empresa, que não cumpriu com suas obrigações e não garantiu as condições necessárias para o funcionário desenvolver seu trabalho, registrou a falta como injustificável e realizou os descontos no salário.

Segundo informações, a em-

presa alega que a irregularidade ocorreu porque o Instituto não fez o repasse financeiro devido. Já o Ibama declarou que apesar de existir pendências com a contratada relativas ao pagamento de faturas, não existem pendências nos salários dos funcionários. No entanto, em seguida, reconhece que no mês de março ocorreu uma “excepcionalidade”, “com consequência aos seus funcionários”.

O delegado sindical, Carlos Daniel, lembrou que o Ibama é o responsável por fiscalizar e gerenciar o contrato com a empresa terceirizada

e que o Instituto deveria multar a empresa por ter atrasado o salário dos trabalhadores, pois a multa já está prevista no contrato

Carlos Daniel completou que a crise na Atto atinge também o contrato com o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e que alguns trabalhadores de lá estão cumprindo aviso prévio, sob alegação de que a Administração Pública que não fez os repasses devidos.

O Sindsef-SP defende que, em momentos de crise como este, os trabalhadores deveriam ter garantida a estabilidade no emprego.



MTE

SERVIDORES CONTINUAM NA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os servidores administrativos do MTE/SP, em assembleia estadual realizada no último dia 14 de abril, debateram as perspectivas da campanha salarial de 2015 e iniciaram uma discussão preliminar sobre as negociações envolvendo a carreira dos servidores administrativos do órgão, tendo em vista a reunião realizada, em caráter extraordinário, do GPCOT - Grupo Permanente de Discussão das Condições de Trabalho no âmbito do MTE, no dia 10 de abril, convocada com a finalidade de apresentar proposta de tabela salarial construída nas reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, para posicionamento da bancada dos trabalhadores. A bancada propôs o seguinte encaminhamento durante essa reunião do GPCOT: 1) prazo para apresentação e discussão da proposta junto à categoria; 2) reunião para posicionamento da bancada, agendada para o próximo dia 15 de maio e 3) compro-



Foto: Sinait

misso assinado pelos três ministros, da PREVIDÊNCIA, da SAÚDE e do TRABALHO, no sentido de assumir e defender no interior do governo, a proposta aprovada pelos servidores que pertencem à carreira do PST. Os representantes da Condsef também solicitaram resposta formal do MTE quanto à proposta protocolada pela entidade anteriormente. Desta forma a assembleia deliberou pelos seguintes encaminhamentos:

1 – Discutir nas assembleias dos

locais de trabalho a proposta de tabela salarial, protocolada anteriormente pela Condsef junto ao MTE, fruto do estudo técnico nº 147 do Dieese, com o propósito de corrigir as distorções criadas pelas diversas tabelas salariais, em conformidade com as Leis 12.277/2010 e 12.278/2012 aos servidores administrativos do MTE.

2 – Discutir nas assembleias dos locais de trabalho a proposta de tabela salarial, apresentada pela bancada do Governo em reunião do GPCOT,

proposta construída na MNNP do Ministério da Saúde

3 – Após consulta à categoria, será realizada assembleia estadual, agendada para o dia 08 de maio, na sede da SRTE/SP, quando, então, a categoria decidirá sobre uma das duas propostas colocadas em discussão.

Ressaltamos que não há nenhum compromisso firmado por parte do MTE e/ou MPOG no sentido de atender as reivindicações da categoria, o que existe são propostas das entidades a fim de atender os nossos interesses e qualquer vitória que possamos alcançar será através de forte pressão e disposição para a luta unificada. Convidamos os companheiros a comparecerem às assembleias de base, assim como em nossa próxima assembleia estadual para que juntos possamos deliberar sobre as propostas que serão reivindicadas pela categoria, assim como definirmos as formas de luta.

INFORME JURÍDICO

OS MAIS RECENTES ATAQUES DE DILMA AOS SERVIDORES

As mudanças nas regras da pensão por morte atingiram diretamente os servidores públicos e suas famílias. Isso porque, as pensões por morte concedidas aos dependentes do servidor, a partir da vigência da Medida Provisória 664, sofreram drásticas alterações, listadas a seguir:

1. A pensão, cujo valor já tinha sido reduzido pelas sucessivas reformas da previdência do governo Lula/Dilma, agora **não será mais vitalícia** (ressalvados alguns casos), isto é, um dos pilares históricos da constituição deste benefício – a garantia do pagamento por toda a vida – foi desconstruído com a rapidez de uma assinatura;

2. Também foi instituída a necessidade de **carência de 2 anos de contribuição**, o que significa que

se um servidor falecer com 1 ano e 11 meses de serviço, sua família não terá direito à pensão (exceção aos casos de morte por acidente do trabalho, doença profissional ou do trabalho). Esta mudança é imotivada e cruel, pois, nestes casos, a família do servidor falecido ficará à mercê de sua própria sorte, sem qualquer amparo do Estado;

3. Foi criada, a exemplo do Regime Geral, uma **carência de 2 anos de casamento** ou união estável, para que o cônjuge possa ter direito à pensão. Isto representa, na prática, que se o servidor falecer antes de dois anos do casamento/união estável, o cônjuge não receberá nenhum valor do benefício;

4. Como não há mais pensão vitalícia (com exceção de alguns casos – de incapacidade permanente), o pe-

ríodo de **pagamento do benefício está limitado**, conforme uma tabela divulgada na própria medida provisória, que considera a expectativa de sobrevivência do cônjuge (divulgada pelo IBGE) e sua idade à época do falecimento do servidor. (Para melhor compreensão segue abaixo do desse artigo a tabela).

Estas são, em síntese, as principais mudanças que o Governo Federal impôs aos servidores públicos, no bojo dos ataques perpetrados

contra todos os trabalhadores. Percebe-se que as novas regras são arbitrárias, de critérios questionáveis e de pressupostos generalizadores que não coadunam com a realidade.

Contudo, as alterações ainda não são definitivas. As medidas provisórias ainda devem ser avaliadas pelo Congresso Nacional, motivo pelo qual é vital a luta dos trabalhadores para reagir e impedir que estes ataques se consolidem.

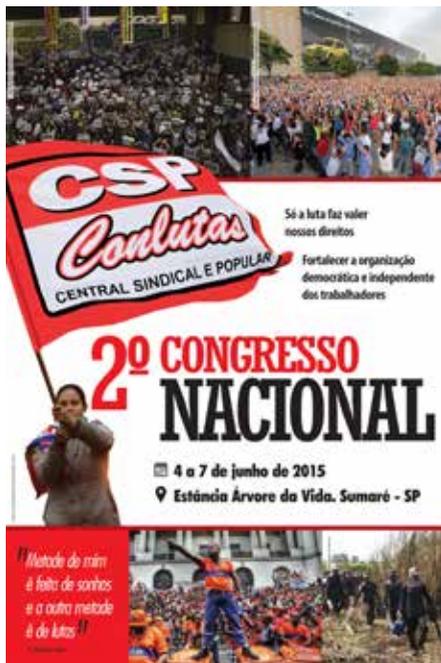
Expectativa de sobrevivência à idade X do cônjuge, companheiro ou companheira	Idade do beneficiário (tabela válida a partir de 01/12/2014 e durante 2015)	Duração do benefício de pensão por morte
Mais de 55 anos	21 anos ou menos	3 anos
Entre 50 e 55 anos	22 a 37 anos	6 anos
Entre 45 e 50 anos	28 a 32 anos	9 anos
Entre 40 e 45 anos	33 a 38 anos	12 anos
Entre 35 e 40 anos	39 a 44 anos	15 anos
35 anos ou menos	45 anos ou mais	Vitalícia



II Congresso Nacional da CSP-Conlutas

O II Congresso Nacional da CSP-Conlutas, que ocorre de 4 a 7 de junho, em Sumaré, no Estado de São Paulo será realizado, em um momento onde a nossa central está chamada a ter um papel destacado no terreno da organização sindical e popular de nossa classe e na disputa da direção do movimento dos trabalhadores em nosso país. A CUT não é mais a referência imediata de grande parte dos novos setores de trabalhadores e da juventude que entram em luta depois de mais de doze anos de governo de Frente Popular. É preciso avançar na construção de uma alternativa de massas, pela esquerda, que organize amplamente os trabalhadores no Brasil.

A retomada, com mais vigor, das lutas sindicais e populares, pelo menos desde meados de 2012, mas com um salto a partir de junho e julho de 2013, se enfrenta com uma forte resistência dos patrões, dos governos, das polícias, da Justiça. Existe uma polarização social muito grande e um processo intenso de criminalização das lutas e dos ativistas. Nos últimos três anos, verificamos um salto no patamar das greves em nosso país: em 2012 foram 873 greves, contra 554 em 2011, com um número de horas paradas 75% superior. Esses núme-



ros são os maiores desde 1989/1990.

A CSP-Conlutas vem se fortalecendo em vários setores como uma referência para a luta da classe e espaço de organização de setores da esquerda sindical, popular e da juventude. A Central interveio nos processos mais importantes das lutas da classe. Temos tido avanços na organização da Central, como a ampliação do trabalho no campo, com a organização de novos sindicatos que estão se filiando à Central.

O Congresso da CSP-Conlutas deve expressar a vontade política de avançar na unidade de todos os se-

tores classistas e combativos, que se encontram dispersos, numa mesma organização nacional de frente única.

Devem participar do Congresso os representantes das categorias de trabalhadores que protagonizaram as principais lutas e rebeliões de base do último período, em especial os setores operários, dos transportes, da limpeza urbana e os movimentos populares da cidade e do campo.

Será um Congresso marcado pela tradição de aliar a luta contra a exploração à luta contra as opressões, com forte presença feminina, da juventude, de negros e negras, quilombolas, indígenas e LGBTs. Além disso, expressará a vocação internacionalista de nossa Central, da nossa luta pela transformação socialista e pelo fim da exploração em todo o mundo.

O Congresso deve se orientar, desde a sua preparação, na base, para refletir os principais processos de luta e de organização dos trabalhadores em todo o país. Pode e deve se constituir num polo de atração dos setores descontentes com o governismo das direções majoritárias. Pode e deve ser um elemento de atração de setores mais amplos de vanguarda, que buscam construir uma alternativa de luta e democrática que possa preparar a classe trabalhadora para os enfrentamentos que virão!



Foto: Lara Tapety

DICA CULTURAL

“O HOMEM DE LA MANCHA”



Foto: João Caldeira

Sucesso de crítica e de público, o emocionante musical “O Homem de La Mancha” foi o grande vencedor do último prêmio APCA nas categorias de Melhor Espetáculo e Melhor Ator (Cleto Baccic). Inspirado em “Dom Quixote”, de Miguel de Cervantes (1547 - 1616) tem direção e versão de Miguel Falabella e texto de Dale Wasserman. Falabella acrescentou pitadas do Bispo do Rosário, um artista plástico autodidata que ficou internado por 50 anos na Colônia Juliano Moreira, um hospício. Toda a trama do espetáculo é, pois, ambientada em um manicômio brasileiro do final da década de 1930. Além do entretenimento, o espetáculo traz consigo um discurso político inquietante e questionador da sociedade na qual vivemos. Para completar, conta com atuações memoráveis tanto no quesito artístico quanto técnico. Para o elenco, foram escalados 35 atores, entre grandes nomes do teatro nacional, como Cleto Baccic, Sara Sarres, Guilherme Santanna, Jorge Maia, Kiara Sasso, Ivan Parente, Ivanna Domenyco, Carlos Capeletti, Fred Reuter e muito mais. As apresentações são gratuitas e acontecem até 28 de junho no Teatro do Sesi-SP.

Serviço:

Onde: Teatro do Sesi – São Paulo
Endereço: Av. Paulista, 1313 – Bela Vista
Quando: Até 28 de junho de 2015
Horário: Quarta a sexta, às 21h | Sábados, às 17h e às 21h | Domingos, às 19h
Preço: Gratuito
Ingressos: podem ser reservados online pelo site www.sesisp.org.br/meu-sesi